

# **QUO VADIS ? - Para onde vão os SATERÊ-MAWÊ ?**

Marcus Barros (\*)

## **Apresentação**

Mesmo os índios na Amazônia não podem ficar à margem do fenômeno de globalização da economia. Os Saterê-Mawê têm quase quinhentos anos de contato com a civilização ocidental e cristã e uma história de sobrevivência através de migrações, superação das grandes endemias, tentativa de escravização, mas também tem grandes conquistas. Dentre estas, se destaca a domesticação do guaraná, que tem um significado religioso, mítico, mas por outro lado, propriedades farmacológicas que chamam a atenção do mundo. Como tratar esta riqueza para que ela seja um instrumento de sua autodeterminação? Como não perdê-la para uma sociedade que com o lucro, atropela a cultura, tradições, conquistas e o próprio homem?

Este trabalho visa ser uma pequena contribuição, solidária, a um povo resistente, que merece dar consequência às suas conquistas, inclusive às econômicas, no caminho da sua autodeterminação e interface com o mundo.

(\*)Professor da Universidade Federal do Amazonas - Brasil  
Pesquisador do Instituto de Medicina Tropical do Amazonas

## **O povo e sua história de perdas e conquistas**

Os Saterê-Mawê de hoje, se originaram de tribos chamadas genericamente de Andirazes e Maraguazes, juntamente com outras que habitavam a região do Médio Amazonas/Tapajós/Madeira - os Mundurucu, Parintintin e Mura, que de início mais se concentravam mais na Ilha Tupinambarana.

Saterê era no passado o nome do clã mais nobre, considerado o “clã dos Tuxauas”, ou chefes da tribo. Era também, como se chamava uma lagarta peluda. Mawê é o nome mais difundido da tribo e vem de um tipo de papagaio muito falante e frequente na região. Hoje seu território está demarcado e reconhecido pelo Governo Federal apenas como uma área de 790.000 há (mais ou menos 450km de perímetro) situado na abrangência dos vales dos rios Maués e Andirá.

A origem provável dos Saterê-Mawê se dá na migração dos primitivos Tupinambás do litoral brasileiro (principalmente de onde hoje é o estado de Pernambuco) afugentados pela invasão portuguesa, para a maior ilha fluvial do mundo, hoje conhecida como Tupinambarana, localizada no Rio Amazonas, logo após a foz do Madeira.

Alfred Métraux supõe que os Tupinambás, que saíram de Pernambuco, o fizeram em 1530 e se deslocaram em linha reta para o Ocidente. Navegaram parte do Rio São Francisco, atingindo depois até as terras planas do Mato Grosso, cruzando os mananciais que vão para o sul, até o Paraná e o Rio da Prata. Foi uma migração muito lenta que parece ter durado cerca de sessenta anos. Este caminho, fugindo dos invasores portugueses, foi-lhes frustrante porque no ocidente também encontraram “brancos”, que eram os espanhóis interiorizando-se na conquista de suas colônias. Do confronto com esses espanhóis, a alternativa foi descer o Rio Madeira até a ilha de Tupinambarana, onde Pedro Teixeira (1625) explorador português do Rio Amazonas, os encontrou e com a ajuda da descrição do padre Cristóbal de Acuña, os identificou como muito semelhantes aos Tupinambás, do litoral pernambucano.

Os Saterê-Mawê, como são conhecidos hoje esses índios do grupo Tupi, embora, como já dissemos acima, tenham características muito semelhantes aos Tupinambás do litoral brasileiro, alguns autores acreditam que suas origens podem ter tido influência também dos movimentos migratórios de descida do Amazonas e mesmo do Negro, ainda na época pré-colombiana.

No século XVII a localização dos Andirá e Mawê não era muito precisa, mesmo porque o aldeamento indígena de fato, só começou com a autorização concedida aos jesuítas, por lei, a partir de 1665, na qual o governo português lhes confiava o pleno controle de todas as aldeias.

A necessidade dos colonos e missões católicas de terem mão de obra indígena, os obrigava a realizar deslocamentos de numerosos índios para as “aldeias”, em torno das cidades dos colonos. Os missionários por sua vez, também induziram ao assentamento dos índios nas aldeias, para poderem “instruí-los e catequizá-los”. É claro que, ao retirarem os índios de seu ambiente natural, de sua maneira de viver, de sua cultura, provocavam sempre a tristeza e a desolação. Além disso, ao trabalho escravo se somaram as doenças infecciosas como sarampo, gripe e varíola, que os dizimavam. Desapareceram tribos inteiras, restando apenas poucos indivíduos. Apenas para exemplificar no tempo, em 1660 houve uma epidemia violentíssima de “catarro pestilencial” e varíola, que quase acaba com a população indígena do Maranhão e do Pará.

Por volta de 1698, a vida natural e livre dos índios já não existia e eles já se aldeavam com localização bem definida. “Os Andirá se encontram na Tupinambarana, em terras boas, muito salubres e os Maraguá (Mawê), alguns dias mais adiante, em terras bastante insalubres; os Abacaxí estão em lugar mais alto e bonito, ao lado do Rio Madeira” (Batendorff).

Os Maraguá (Maués) se localizavam próximo a um lago, entre os Rios Andirá e Abacaxí, provavelmente na zona baixa do Maués-Açú, que se alarga formando uma espécie de lago (atual cidade de Maués). Tinham três aldeias, uma perto da outra. Em 1692, depois que estes índios mataram um branco, o governo declarou “guerra justa” contra eles, sem ter êxito, porque os índios avisados previamente, se dispersaram e apenas alguns deles opuseram resistência.

Os Mawê apareceram pela primeira vez representados em mapa da Amazônia pelo famoso mapa do padre Samuel Fritz (1691), que os localiza no lado ocidental do Tapajós, na latitude 30° 30'S no atual território dos Mawê. Os Andirá, no rio que desemboca no Paraná do Ramos (ao sul da Tupinambarana).

No século XVIII, a aldeia dos Tupinambarana se desenvolveu bastante. O número de índios aumentou, mais infelizmente em 1737 houve algumas epidemias que empurraram os Mawê para o Tapajós (Aldeia São José) e outros para o Rio Abacaxí. As epidemias de “bexiga” (varíola) e de sarampo, continuaram de 1743 a 1749 e os índios do Rio Abacaxí e da Tupinambarana foram reduzidos a metade.

Houve sérios conflitos entre portugueses e índios, principalmente após a expulsão dos jesuítas do Brasil (1755). Sob o Governo do Marquês de Pombal foi criado o novo Diretório, que determinando mais escravidão indígena, gerou mais resistência. Foi quando os Mawê mataram diretores de aldeias e alguns comerciantes, o que levou o governador Fernando da Costa Ataíde Terve a proibir o comércio com os índios, com a esperança de vê-los morrer de fome.

Depois de um período de paz os índios Mundurucú se uniram aos Mawê a se assentaram um pouco ao sul da atual cidade de Maués.

## Século XIX e XX

Em 1823 foi fundada no Rio Tapajós a cidade de Itaituba, habitada pelos Maués. Nesta aldeia, agora cidade, em 1828 ainda viviam cerca de 400 Maués.

Na atual cidade de Maués, fundada em 1796, com o nome de Luzéa, também originária de uma aldeia da tribo do mesmo nome, alguns índios convencidos que seriam escravizados, mataram várias pessoas. Os problemas começaram por desavenças comerciais e da luta pelo poder entre o chefe civil de Tupinambarana, J. Cordovil, que queria atrair os Mawê para o comércio e José Rodrigues, fundador de Luzéa e chefe da cidade.

Em 1835 se instalou de Belém ao Rio Negro, a revolução dos “cabanos”, a Cabanagem.

A opressão e exploração da mão de obra dos negros, mestiços, caboclos e índios, e a cobiça dos comerciantes das pequenas cidades e localidades que já estavam definitivamente na mão dos brancos, provocaram o que foi, sem dúvida, a última tentativa dos nativos, de dar fim a tanta opressão. Toda bacia do Amazonas esteve, num curto espaço de tempo, sob os revoltosos. Uma das últimas cidadelas da resistência índia foi a cidade de Maués. Aqui, lamentavelmente, os índios foram cooptados pelas forças da legalidade e lutaram contra os cabanos.

Em relatório do presidente da Província do Pará, Araújo Brusque, em 1863, há registro que merece destaque, porque aborda a condição sócio econômica dos índios do Pará e mais que isso, pela primeira vez na história da Amazônia, um representante do aparelho de estado critica e aponta caminhos contra a exploração econômica. O regatão (comerciante que viaja em barcos e troca produtos naturais dos índios e ribeirinhos, por

produtos industrializados a preços escorchantes) é o centro de suas críticas: “Formidável cancro que corrói as artérias naturais do comércio lícito das populações centrais, desviando delas a concorrência dos incautos consumidores; não contente com os fabulosos lucros que assim aufere, transpõe audaz a enorme distância e lá penetra também na choça do índio. *Brusque quer transformar os índios em produtores independentes para o mercado regional, parcelando suas terras e estimulando-os a produzir e a comercializar, sem a intermediação do regatão.* O experimento indigenista de Brusque foi iniciado e ao que parece limitou-se a um aldeamento Tembê de Santa Leopoldina, no Gurupi, onde foram reunidos 132 índios. Estes produziram algum algodão e urucu que foram vender em Belém, estimulados por Brusque, que mandou acompanhá-los e assistir a venda que deles fizeram e a compra dos objetos que procuravam. Conhecerão assim palpavelmente, a diferença dos preços que vai da tabela do regatão do Alto Gurupí para preços regulares desta praça. Por outro lado, muito maior que a boa intenção do governador do Pará estava a expansão da economia da borracha, reforçando inevitavelmente o papel do regatão, cuja exploração atingia proporções absurdas, particularmente em relação aos índios.

Em 1864 o presidente da província do Amazonas, Albuquerque Lacerda descreveu o papel do regatão na economia indígena, agora do povo Mawê. *Hoje quem vai ao encontro do índio, a não ser o regatão, menos bárbaro por certo que ele, porém muito mais corrompido que o explora, deprava e desonra a pretexto de comerciar.* Entre os exemplos mais atroz de exploração, Albuquerque Lacerda cita a ação de regatões portugueses em Maués, onde uma camisa ordinária era vendida a troco de uma arrouba de guaraná e no Purús, onde comerciantes da mesma origem trocavam por uma garrafa de aguardente, a produção de seringa de todo um ano.

Em 1848 foi criada a missão do Andirá que ficara abandonada depois da expulsão dos jesuítas (1755). Em 1849 os Maués presentes na missão eram 507; em 1851, 570; em 1852, 665. Nesses anos os Mawê do Andirá tiveram contato com os “civilizados” do município de Maués.

No período da importância da borracha nativa no comércio internacional, do final do século passado até a segunda década deste século, se produziu uma febre de ganância e exploração de mão de obra, inclusive a indígena. Os Mawê não foram exceção à essa enorme investida dos “seringueiros” sobre suas terras, o que gerou uma grande depopulação.

As aldeias Maués do Rio Mariacoá ao lado do Tapajós, foram abandonadas gradativamente devido a várias epidemias - a gripe espanhola, o sarampo e a tuberculose. As mortes frequentes, inclusive de alguns tuxauas, determinaram importante processo de destribalização, quando os índios tentavam escapar das doenças. Os assentamentos Mawê atuais, têm quase todos os nomes dessas velhas aldeias abandonadas.

Apesar desses “contatos” os Maués conseguiram sobreviver preservando sua língua, a organização tribal com tuxauas e pajés, ou seja, chefes e xamãs, com clãs e subgrupos. Defenderam com força e determinação suas terras e mantiveram as histórias e tradições de suas origens. Por anos tiveram a presença de funcionários governamentais

do chamado “Serviço de Proteção ao Índio” - SPI, fundado pelo Governo Federal em 1910 e a partir de 1968, a Fundação Nacional do Índio - Funai, que substituiu o SPI até hoje. O papel de tutor dos índios exercido pela Funai, por se tratarem de “menores de idade” por definição legal, de nenhuma forma contribuiu para a autodeterminação e independência desses povos.

Atualmente os Maués se definem como SATERÊ-MAWÊ.

Uma das questões remanescentes das lutas interétnicas era a demarcação do território Saterê-Mawê. Esta questão hoje está resolvida e sua terras abrangem 790 ha, o que corresponde a cerca de 450 km de perímetro, localizada entre os vales dos Rios Andirá e Maués. A população está estimada entre 5000 a 7000 índios, distribuídos em 62 aldeias.

Por fim, dois fatos recentes que muito ameaçaram a vida deste povo, merecem destaque:

Em 1979 o município de Maués projetou uma estrada entre Maués e Itaituba (antiga vila Maués do Rio Tapajós), que atravessaria toda a área indígena. Os índios organizados se opuseram ao projeto com todas as suas forças. Tinham certeza, por experiências históricas, que a presença dos “civilizados” ameaçava sua vida e exerceram pressão com todas as armas que dispunham, inclusive os meios de comunicação de repercussão nacional e internacional. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI, teve um destacado papel auxiliar, assessor, nessa mobilização. Mobilizaram para uma ampla assembleia em sua própria área indígena, grupos de pressão constituído por várias outras tribos do norte do Brasil. A construção da estrada foi interrompida.

Entre 1980 e 1982 a companhia petrolífera francesa Elf-Equitaine, estimulada por legislação brasileira que abria áreas de concessão para pesquisas de petróleo, empreendeu sondagem sismográfica com explosivos na área Saterê-Mawê. Os danos ambientais produzidos pela companhia foram denunciados amplamente, inclusive gerando processo judicial indenizatório aos Saterê-Mawê. Os recursos advindos dessa indenização geraram muita competição e surgiram graves conflitos internos entre os índios, ou seja, dinheiro coletivo sem organização social definida, também é fator de dispersão, de desconstrução.

### **Potencialidade econômica & saúde - o caminho da autonomia e da dignidade**

*Um mito é como um sonho sonhado por muitos e contado por bastante gente - um índio mehinaku*

Interpretando essa reflexão indígena, Márcio Souza em seu “ Breve História da Amazônia” assim se manifesta quanto ao saber acumulado dos povos indígenas e o seu futuro econômico: como os sonhos são sublimações de acontecimentos reais, não é de se estranhar, portanto, que o olhar de um índio sobre a floresta seja diverso do olhar de um estrangeiro, tal como a percepção que eles têm de seu passado e do uso de

conhecimentos acumulados em milênios de experiência empírica, seja algo mais que um conjunto de práticas primitivas e bárbaras.

Sem a utilização da roda ou animais de tração, os povos indígenas descobriram e domesticaram mais da metade dos sete grãos alimentícios do mundo de hoje, além de parte substancial dos produtos agrícolas das prateleiras dos supermercados. É o milho, a batata doce, a macaxeira, o tomate, o amendoim, a pimenta, o chocolate, a baunilha, o abacaxi, o mamão, o maracujá e o abacate.

Para se ter uma idéia da contribuição dos povos indígenas para a agricultura atual, basta imaginar como seria nossa vida se apenas contássemos com espécies nativas do hemisfério norte. Teríamos basicamente uma oferta de alcachofra, sementes de girassol, avelã, nozes e groselha, ou seja, a utilização dos recursos vegetais dos índios da floresta tropical fez com que a agricultura moderna fosse mais diversificada e de alta produtividade. Os Estados Unidos, por exemplo, escaparam de ser um país de groselhas, para se transformar numa potência agrícola incomparável. Somente o mercado mundial do milho rende mais de US\$12 bilhões anuais.

Outro segmento da economia moderna que muito tem lucrado com as milenares descobertas indígenas é a indústria farmacêutica. Nas últimas décadas, algumas dezenas de pesquisadores intitulados etnobotânicos buscaram conhecer os segredos dos velhos pajés e encontraram indícios de que substâncias extraídas de plantas da floresta podiam curar ou controlar certas doenças. A comercialização de substâncias extraídas de plantas tropicais excede hoje US\$ 6 bilhões/ano, apenas nos Estados Unidos, *mas nenhum centavo é revestido em benefício dos povos indígenas que originalmente possuíam o conhecimento.*

Eis porque, ao dissipar as brumas ainda densas de um passado perdido, com o reconhecimento cada vez maior das conquistas culturais e econômicas das antigas civilizações que povoaram as regiões antes dos europeus, não apenas ficará estabelecido um traço de união entre a selva e os nossos supermercados e farmácias, *mas estará sendo dada a verdadeira razão para a valorização dos recursos naturais da Amazônia e o direito histórico de suas populações usufruírem dessas riquezas.*

Posto isso, após superarem os obstáculos quase intransponíveis à sua sobrevivência, os Saterê-Mawê ainda não alcançaram, de fato, sua autodeterminação em relação a sociedade envolvente e os invasores de seu território e de sua cultura. As alternativas que surgiram para lhes dar autonomia econômica, no mínimo degradaram o meio ambiente, ameaçando frontalmente sua cultura e sobrevivência. Essas “alternativas” foram, como já vimos mais recentemente, a construção da estrada Maués-Itaituba e a concessão para a Elf-Equitaine. Atualmente, com a demarcação, em definitivo, da área Saterê-Mawê, a questão secular da terra parece não representar mais um problema. A manutenção dessa conquista é que se mostra como um enorme desafio para os Saterê-Mawê.

Do ponto de vista do crescimento populacional, a situação dos Saterê-Mawê hoje em dia, é animadora. No início da década de 90, Enrique Uggé estimava que eles fossem “uns 3.000 localizados em 28 aldeias”. No entanto, dados da Fundação Nacional de Saúde - FNS, de 1996 mostram que “junto com os Hyskariano somam 5168”. Um

recenseamento feito pela FNS-Am/Ameríndia diz que no Rio Marau em 1995, os Saterê-Mawê eram 2.661 pessoas, estando 1983 pessoas na faixa etária jovem (de 0 a 24 anos). O que é mais animador ainda é que na faixa de idade de 0 a 4 anos, na base da pirâmide etária, é onde os Saterê-Mawê do Marau são mais representativos - 614 crianças.

A **saúde** não é entre esses indígenas, um problema tão grave como em outros grupos de contato mais recente com a sociedade envolvente, como é o caso dos Matti, do Vale do Javari, ou mesmo dos Yanomami, que sofreram uma depopulação de 9%, devido a malária e suas consequências.

Os Saterê enfrentaram nesses últimos quinze anos, a voracidade dos garimpeiros em áreas muito próximas às suas terras, porém mais resistentes que os Yanomami, devido a contato interétnico secular, até cresceram como grupo populacional. Os dados mais recentes da área de saúde evidenciam esse quadro.

A falta de assistência médica formal na área é evidente, quando examinamos a Mortalidade Proporcional. Provavelmente devido a sub registro, os dados que tivemos acesso, nos dão como Causas Mal Definidas de morte, 27.8% entre os Saterê-Mawê.

Quando observamos a Prevalência (por 1.000/habitantes) de algumas doenças infecciosas, comparativamente com outros grupos indígenas, constatamos que os Saterê-Mawê estão em situação de equilíbrio. Enquanto entre os Yanomami a prevalência de tuberculose é de 24.5 por 1000/habitantes, entre os Saterê-Mawê é de 1.5 por 1000. A menor taxa do estado está entre os povos do Purus, com 0.6 por 1000.

Em acréscimo, a prevalência das endemias infecciosas e parasitárias entre diferentes povos da bacia Amazônica mostra os riscos que corre por exemplo, a população indígena do Purus. A taxa nessa região é de 455.4 por 1000, enquanto entre os Saterê-Mawê é expressivamente menor, com 63.4 por 1000. Sob o aspecto das doenças infecciosas e parasitárias, apenas os indígenas do Alto Solimões são mais saudáveis do que os Saterê, porque a taxa de prevalência para doenças endêmicas nessa região é a mais baixa de todo o estado do Amazonas, 24.5 por 1000 habitantes.

Assim, mesmo ainda longe do ideal de saúde, mas vivendo o contexto dos povos indígenas do Amazonas, os Saterê-Mawê são um povo com as taxas que medem os agravos a saúde, mais favoráveis de todo o Estado. Ainda há muito o que progredir, quando ao se analisar a Mortalidade Proporcional, se constata que o povo Saterê-Mawê tem a taxa de mortalidade perinatal mais alta de todos os povos da Amazônia, com 16.7%, enquanto que, entre os povos do Rio Negro, é de 6.8%. Portanto, apesar de, na distribuição etária da população, a base da pirâmide ser bastante larga entre os Saterê, ela seria muito maior se a mortalidade perinatal não fosse tão alta. O povo que não tem acesso a cuidados materno infantis, pode ter um futuro ameaçado...

Depois que a “febre do ouro” no Tapajós e nos garimpos da bacia do Maués e Andirá diminuíram de importância, em comparação com os garimpos da bacia do Alto Rio Negro, a malária, “o duende da Amazônia”, matou menos os Saterê-Mawê e atingiu em cheio os povos indígenas da região de Barcelos para cima. O Índice Parasitológico Anual - IPA, que mede a incidência da malária, no município de Santa Isabel do Rio Negro, em 1995, na área indígena, foi 16 vezes maior do que a da

população geral e no estado como um todo, o IPA das áreas indígenas foi 2.3 vezes maior que o da população geral. Para o mesmo período, entre os Saterê-Mawê, foi de 14 por 1000 habitantes, enquanto que o IPA da população indígena de Barcelos, no médio Rio Negro, foi de 196 por 1000 habitantes. Assim, constata-se que a malária migra com os garimpeiros da área Saterê-Mawê para o Alto Rio Negro, seguindo a cobiça do ouro.

Um povo que tem essa história de resistência, que não sucumbiu às agressões físicas e culturais, as grandes endemias, as tentativas de escravização, ao comércio ilícito explorador do regatão, que soube preservar a tucandeira e o porantim, como fortalezas de suas tradições, que resistiu até o último bastião à invasão de suas terras, que foi capaz de preservá-las, que soube valorizar religiosamente suas riquezas naturais, em particular o GUARANÁ, merece viver digna e autonomamente, a partir da exploração racional e sustentável desse bem inalienável.

## **As ameaças**

Ao produzir este texto, tive a oportunidade de ler no jornal de maior circulação no Estado, nesta última semana, três notas sobre o guaraná que merecem ser reproduzidas para análise:

### **GUARANÁ**

*Habitat do guaraná, o município de Maués virou centro de produção para três companhias mundial de refrigerantes: Antártica, Brahma e Coca-Cola. A primeira mantém uma plantação de 60 ha da planta (objeto de um comercial famoso na TV). A Brahma chegou à cidade comprando uma imensa área e plantando 100 ha da espécie. Agora é a vez da Coca-Cola.*

### **GUARANÁ II**

*Mesmo incentivando plantios em múltiplos municípios, a Coca-Cola pretende investir intensamente em Maués. O projeto, segundo a prefeitura local - consultada sobre o mesmo - é arrojado. Consiste em imensas plantações de mudas clonadas em várias regiões da "terra do guaraná". O investimento será de US\$ 9 milhões.*

### **CLONAGEM**

*Todas as três companhias apostam em mudas clonadas, obtidas pela Embrapa através da engenharia genética. A vantagem delas é inquestionável: Começam a produzir em dezoito meses contra quatro anos das tradicionais.*

### **Projeto**

#### **GUARANÁ PODE SER A BEBIDA SÍMBOLO**

*Árvore tipicamente amazônica, ligada às tradições culturais da região pelas aplicações terapêuticas e responsável pela segunda maior fonte de arrecadação da receita econômica do Amazonas, o guaraná deverá se tornar o símbolo oficial do Estado. Projeto com essa proposta de autoria do deputado Alfredo Almeida, líder do*



*PL e com base eleitoral em Maués, já está tramitando desde o dia 11 passado na Assembléia Legislativa e deve ser aprovado nos últimos dias.*

Sinto ter sido providencial haver começado este trabalho com um longo capítulo abordando a história Saterê-Mawê. Havia vários motivos para isso, mas talvez o mais importante seja o resgate do passado, com todas as suas trilhas, que funcionassem como forças para a construção do futuro, que se mostra ameaçador - é a chegada dos **neo-regatões**. Se aqueles regatões do passado extorquiam, a toda prova, os povos da floresta, em particular os Saterê-Mawê, estes de agora, vêm com uma força avassaladora. Trazem consigo a ganância do capital sem pátria, atropelando, menosprezando qualquer traço cultural ou religioso que, a exemplo do guaraná, atravessaram séculos. Não há, para esse tipo de empreendimento, qualquer sinal de respeito a um povo que domesticou a planta selvática e viu o fruto sair do olho direito do filho de Onhiamuçabê. O interesse será exclusivamente o lucro, sem qualquer retorno para quem produziu esse fantástico bem, ao longo de três séculos. Como lembrou Márcio Souza, o tal lucro jamais volta para os povos que produziram o bem. E nessa guerra, que armas usarão os neo-regatões? Primeiramente, a força da corrupção dos governantes. Atrás dessa arma, vem a tecnologia da engenharia genética com a clonagem, antecedida da devastação de enormes áreas sem qualquer preocupação ética e ambiental com as gerações futuras. E o homem, onde fica? Como disse uma ex-ministra da Economia - “o homem é um detalhe...”

Se desde 1995 há organizações com a determinação de assessorar os Saterê-Mawê em um projeto de desenvolvimento fundamentado na exportação do guaraná para o mercado internacional através do comércio justo, os jornais mostram que estamos atrasados. Nos dias atuais e frente a conjuntura já descrita, um projeto que traz a preocupação ética de autodeterminação dos índios, respeitando seus valores culturais, religiosos bem como sua organização social, não pode andar lentamente.

No caminho da autonomia dos Saterê-Mawê precisa-se provar, com urgência máxima, que “não há contradição entre as tecnologias tradicionais e o desenvolvimento econômico; entre preservação ecológica e ocupação do território e finalmente entre resgate cultural e histórico e fortalecimento da identidade étnica de um lado e a intensificação da comunicação com a sociedade global do outro.” Os Saterê-Mawê precisam de parceiros que os respeitem e acreditem que, com a força da sua história, da sua tradição e das suas conquistas, serão capazes de caminhar com seus próprios pés, escolhendo seu próprio destino, rumo à sua autodeterminação. E o guaraná, que veio do olho direito do filho de Onhiamuçabê, pode enxergar e mostrar o caminho.

## **Bibliografia**

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo - Índios da Amazônia, de maioria à

a minoria. (1750-1850) Ed. Vozes - Petrópolis - RJ - 1988.

SOUZA, Márcio - Breve História da Amazônia. Ed. Marco Zero. São Paulo 1994.

NUNES PEREIRA - Os índios Maués. Edição da Organização Simões. Coleção Simões. RJ - 1954.

UGGÉ, Enrique - Mitogía Saterê-Mawê. Ediciones ABYA - YALA. Quito. Colección 500 años - 1991.

JORNAL A CRÍTICA - Edição de 15 de Maio de 1999. Caderno Política. Manaus.

ACOPIAMA - Impacto na vida social da tribo Saterê-Mawê consequente da exportação do guaraná para o mercado internacional. Mimiografado - Manaus - 1999.